MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

REGISTRO DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

- 17ª Reunião Ordinária do Fórum Trabalhadores Portuários (Portaria n.º 479, de 31 de outubro de 2023 - 7725162 e Portaria n.º 562, de 18 de dezembro de 2023 - 7888993).

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
12/03/2026	10h	12h	Sala Plenária da Secretaria Nacional de Portos - SNP, 1º andar do Anexo I do Ministério dos Transportes, Brasília - DF.

2. PARTICIPANTES

2.1. Membros:

Nome	Unidade	E-mail
Edigar Martins	Coordenador - Geral CGGOV/DGMP/SNP	edigar.martins@mpor.gov.br
Cristina Dutra	FENOP	administrativo@fenop.org.br
Sérgio Giannetto	FNP	smgiannetto@terra.com.br
Ticiana Gonçalves	ABEPH	diretoria@abeph.org.br
José Adilsom	FNE	joseadilson@estiva-es.com.br
Mario Teixeira	FECONVIB	fenccovib@fenccovib.org.br
Ernando Alves Júnior	FECONVIB	jr.correio2009@hotmail.com

2.2. Convidados:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa	Modalidade	E-mail
Samuel Ramos Cavalcanti	Coordenador CGGOV/DGMP/SNP	Presencial	samuel.cavalcante@mpor.gov.br
Antônia Bruna	Servidora	Presencial	antonia.derze@mpor.gov.br
Mauro Costa Cavalcante	MTE	Via Teams	mauro.c.filho@trabalho.gov.br
Alexandre Marin Ragagnin	MPT	Via Teams	alexandre.ragagnin@mpt.mp.br
Angi Biniou	FNP	Presencial	fange.biniou@gmail.com
Victor Castro Velloso	ABEPH	Presencial	victor.velloso@gallotti.adv.br

3. PAUTA

Item	Descrição
1	Abertura;
2	Apresentações
3	Encaminhamentos; e
4	Encerramento.

4. RELATO DA REUNIÃO

Item	Descrição
1	O coordenador Geral de Governança Portuária, Edigar Martins, representando o Secretário Alex Ávila, iniciou dando as boas-vindas aos participantes.
2	Em seguida, apresentou as pautas e delineou os temas que seriam discutidos ao longo do encontro. De forma objetiva, foram destacados os principais pontos a serem abordados, garantindo que todos os participantes entendessem o escopo e os objetivos da reunião do Fórum.
3	Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Estivadores – FNE, Sr. José Adilson Pereira, que iniciou informando que, participou de uma reunião emergencial do conselho da entidade, motivada pela forte pressão das bases trabalhistas diante da possibilidade de retirada de direitos importantes no relatório em tramitação. Segundo ele, as federações vinham conduzindo negociações complexas, mas equilibradas, ao longo de mais de um ano, com avanços significativos para as relações de trabalho no setor portuário brasileiro. Entretanto, a minuta divulgada pelo relator teria excluído pontos considerados fundamentais pelos trabalhadores, especialmente a manutenção da categoria profissional diferenciada e da guarda portuária. Para as federações, a retirada desses itens rompe o equilíbrio entre capital e trabalho, enfraquece a representação sindical e ameaça a organização das categorias portuárias. Diante disso, cresce a pressão por uma greve nacional, já debatida pelo comando de greve e pelas três federações envolvidas. O dirigente destacou que as entidades tentam evitar a paralisação, mas alertou que a falta de posicionamento claro do relator e do governo pode tornar a mobilização inevitável. Também reforçou a necessidade de uma atuação mais firme do Fórum e das autoridades governamentais para garantir o cumprimento dos acordos construídos coletivamente e preservar a estabilidade alcançada nas negociações.
4	O Presidente da FNP, Sr. Sérgio Giannetto, informou que o ministro orientou trabalhadores e empresários a resolverem diretamente os pontos do acordo, com apoio do governo. As federações construíram um entendimento conjunto, incluindo temas relacionados à guarda portuária e à segurança jurídica das autoridades portuárias. No entanto, mudanças no relatório do relator geraram preocupação quanto ao cumprimento do acordo firmado. O representante destacou que o entendimento foi resultado de negociação coletiva, com apoio do Ministério e da Secretaria de Portos, defendendo a confirmação oficial dos pontos acordados para evitar novos conflitos no setor.
5	A Senhora Cristina Dutra, manifestou concordância com as colocações do Sr. José Adilson e destacou que as federações vêm mantendo diálogo constante com os trabalhadores, o relator e representantes do setor para garantir avanços nas negociações. Informou que o relator já confirmou a manutenção da categoria diferenciada, mas ressaltou a importância de o Ministério também reforçar publicamente esse posicionamento. E demonstrou preocupação com os impactos das manifestações e possíveis mudanças no acordo, afirmando que isso pode enfraquecer o termo de entendimento construído ao longo de vários anos de negociação. Por fim, reforçou a união das entidades e a necessidade de apoio do governo e do Fórum para garantir a conclusão do relatório e a preservação dos acordos firmados.

Item	Descrição
6	O Presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias – FENCCOVIB, O Sr. Mário Teixeira destacou que há uma posição consolidada das entidades e administrações portuárias em defesa dos acordos firmados, especialmente sobre a categoria profissional diferenciada e a guarda portuária. Informou que, após a divulgação do relatório, as federações terão prazo para análise e discussão conjunta no conselho nacional das entidades portuárias. As lideranças também demonstraram preocupação com possíveis mudanças no relatório, que poderiam enfraquecer os acordos e aumentar o risco de uma greve nacional com impactos econômicos, defendendo uma atuação mais firme do governo e da Secretaria de Portos junto ao relator para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos.
7	O coordenador-Geral, Edigar Martins, informou que recentemente houve uma reunião com o Secretário para discutir o PL nº 733 e definir os pontos que precisariam ser reforçados junto ao Legislativo. Durante a conversa, foi destacada a preocupação de que o relatório da comissão não acompanhasse integralmente as manifestações e os acordos já construídos. Também foi ressaltado que, enquanto não houver um relatório oficial, é difícil reagir a minutas e versões preliminares, já que o processo legislativo sofre influência de diferentes interesses e pode sofrer alterações. Apesar disso, foi defendida a importância de uma manifestação institucional em apoio ao acordo firmado. Por fim, foi reforçado que o Ministério e a Secretaria Nacional de Portos continuam alinhados ao entendimento já construído e que haverá articulação política e parlamentar para fortalecer, junto ao relator, os pontos previamente acordados, sem que até o momento tenha havido qualquer prejuízo formal ao acordo.
8	O Sr. Mário Teixeira, informou que analisou o documento elaborado pelo grupo e destacou que o conteúdo está alinhado aos pareceres já apresentados anteriormente, havendo concordância em praticamente todos os pontos. Ressaltou apenas uma observação relacionada à parte estrutural do texto, que, segundo ele, se distancia um pouco da questão principal abordada. Também esclareceu que o documento não possui concordância formal do secretário de Relações do Trabalho nem do ministro. Além disso, mencionou ter tomado conhecimento de possíveis restrições, no âmbito do Ministério do Trabalho, quanto à emissão de nota técnica pelo grupo.
9	O representante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sr. Mauro Cavalcante, destacou que, após o acordo firmado entre as federações e Fenop, o cenário passou a ser diferente, já que o Ministério do Trabalho tradicionalmente respeita os entendimentos construídos entre as partes. Também foi mencionada uma audiência no Ministério do Trabalho, envolvendo representações de Santos, em que alguns participantes desconheciam o acordo celebrado. O Sr. Mauro ressaltou que tanto o Ministério dos Portos e Aeroportos, quanto a comunidade portuária costumam respeitar os consensos firmados, mesmo existindo divergências pontuais dentro da categoria. Defendeu ainda que, em um sistema democrático, deve prevalecer o entendimento da maioria representada pelas federações e sindicatos. Por fim, informou que está preparando um novo material com contribuições adicionais para aprimorar a futura legislação, sem alterar o que já foi acordado entre as partes.
10	O Coordenador-Geral, Sr. Edigar Martins, reiterou a importância da manifestação formal das federações diante da relevância e urgência da pauta em discussão. Também foi sugerida a possibilidade de levar o tema para uma reunião em nível ministerial, como forma de reforçar a importância das reivindicações e dar uma resposta à base das categorias envolvidas. Em seguida, a reunião avançou para o próximo ponto da pauta, com a apresentação institucional do Ministério Público do Trabalho, sendo concedida a palavra ao representante.

Item	Descrição
11	O Procurador do Trabalho, Sr. Alexandre Marin Ragagnin, iniciou explicando sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), diferenciando-o do Ministério do Trabalho. O MPT exerce função jurisdicional voltada à defesa da ordem jurídica e dos interesses coletivos, especialmente nas relações de trabalho portuário e aquaviário. A atuação ocorre tanto de forma judicial quanto extrajudicial, por meio de inquéritos civis, termos de ajuste de conduta (TACs), recomendações, mediações e ações civis públicas. Foi destacado que a Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (CONATPA) busca uniformizar a atuação do MPT em todo o país, promovendo ações coordenadas entre procuradores e instituições parceiras. Entre os principais focos de atuação estão o combate à precarização do trabalho, irregularidades em terceirizações, segurança no ambiente portuário, proteção dos trabalhadores embarcados e fiscalização de condições de trabalho. Também foram apresentados exemplos práticos de atuação, como ações civis públicas relacionadas à segurança em portos, acidentes de trabalho, abandono de embarcações e ausência de concursos públicos para guarda portuária. Por fim, foi ressaltada a preocupação com os impactos das novas tecnologias e da automação no setor portuário, defendendo-se a qualificação e proteção dos trabalhadores diante dessas mudanças, sempre com base no diálogo social e no respeito à legislação e às convenções internacionais.
12	O coordenador-Geral, Edigar Martins, fez um agradecimento pela apresentação realizada, ressaltando a importância dos esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho, especialmente em ações preliminares e programas de atuação, ampliando a compreensão sobre o papel da instituição além das ações judiciais. Em seguida destacou sobre a manifestação da FENOP a respeito da portaria COANA nº 85, da Receita Federal sobre os Portos, destacando que tanto o setor privado quanto o público vêm sendo surpreendidos por atos normativos publicados sem prazo para adaptação. Ressaltou-se a necessidade de maior qualidade na avaliação regulatória, uma vez que as novas exigências acabam impondo obrigações complexas e, em alguns casos, de difícil cumprimento, especialmente em áreas alfandegadas e aeroportuárias. Também foi informado que houve diálogo com a Secretaria de Comércio Exterior e tentativa de articulação para uma reunião sobre o tema. Em seguida solicitou uma manifestação da FENOP, acerca dos impactos da portaria, a fim de subsidiar o encaminhamento de posicionamento oficial à Receita Federal. Apesar de a Receita Federal ter sinalizado um período de adaptação, com foco inicial em conscientização e sem aplicação imediata de penalidades, permanecem preocupações quanto aos possíveis ônus e dificuldades decorrentes da implementação das medidas. Por fim, foi destacado que situações semelhantes já ocorreram anteriormente, inclusive em discussões sobre especificações técnicas e alfandegamento.
13	A Senhora Cristina Dutra, informou que a coalizão encaminhou um ofício à Receita Federal manifestando preocupações em relação à regulação da Coana. Contudo, esclareceu que não participou da live promovida pela Receita nem das últimas reuniões sobre o tema, razão pela qual ainda precisava se aprofundar melhor nas discussões.
14	Em seguida, o Sr. Mauro Cavalcante, informou que em situações anteriores, houve conflitos com a Receita Federal em razão de tentativas de restringir o acesso de auditores fiscais a áreas portuárias, gerando embates considerados desnecessários sobre competência e precedência institucional. Também foi destacado que as normas aduaneiras relacionadas aos portos muitas vezes são mal interpretadas, o que compromete o relacionamento entre os órgãos públicos envolvidos.

Item	Descrição
15	Sr. Edigar Martins, destacou as preocupações com a interpretação ampliada das competências e prerrogativas da Receita Federal, também foi mencionada a imposição de exigências complexas com prazo reduzido para adaptação, sem que houvesse material de treinamento disponível ou discussão prévia com os setores envolvidos. Ressaltou-se que cada instalação portuária e aeroportuária possui regras específicas de funcionamento e controle, razão pela qual as superintendências regionais teriam melhores condições de tratar dessas questões localmente, em diálogo com os atores envolvidos.
16	Em seguida o Sr. Ernando, relatou que há uma grande preocupação em relação as condições de segurança dos equipamentos utilizados no Porto de Itajaí, especialmente após o incêndio ocorrido em um guindaste. O representante sindical explicou que acompanha de perto a situação desde que a JBS assumiu a operação portuária e destacou que, embora tenha havido esforço para retomar as atividades do terminal, a segurança dos trabalhadores permanece extremamente comprometida. Segundo informado, a existência de um laudo técnico apresentado no processo de concessão transitória da ANTAQ apontando o estado crítico de diversos equipamentos, muitos deles fabricados entre 2000 e 2003 e operando em condições precárias. Também foi destacado que a operadora argumenta dificuldades para realizar investimentos em razão do caráter transitório do contrato, embora esteja buscando alternativas para viabilizar a renovação dos equipamentos. Ainda assim, alertou que novos acidentes podem ocorrer caso não sejam adotadas medidas urgentes de fiscalização e modernização da estrutura portuária. O representante sindical defendeu a realização de uma força-tarefa, especialmente no Porto de Itajaí, para avaliar as condições reais dos equipamentos e prevenir novos incidentes. Ressaltou ainda que, embora os trabalhadores dependam da continuidade das operações para manter seus empregos, não é possível ignorar os riscos existentes. Por fim, informou que o sindicato também está realizando levantamentos e reunindo documentos para encaminhar ao Ministério Público do Trabalho, apresentando sua própria análise sobre as causas e responsabilidades relacionadas ao acidente. Segundo relatado, as investigações têm apontado problemas recorrentes relacionados a falhas elétricas, deficiência de manutenção, curtos-circuitos em motores e riscos associados ao abastecimento de combustível. O tema já vem sendo discutido internamente entre os auditores fiscais, com foco na necessidade de melhorar o acompanhamento e a prevenção de acidentes envolvendo equipamentos portuários.
17	O Sr. Edigar Martins, destacou que a SPI ainda não exerce plenamente o papel de Autoridade Portuária, o que gera dúvidas sobre sua autonomia para adotar determinadas medidas relacionadas à situação discutida. Diante disso, foi informado que haverá contato com a Autoridade Portuária e demais órgãos competentes para avaliar possibilidades de atuação conjunta e discussão do tema de forma mais ampla. Também foi ressaltado que o processo de arrendamento definitivo do terminal está em fase avançada, o que torna essencial incluir a questão dos investimentos em infraestrutura e equipamentos nas discussões em andamento. Por fim, foi mencionado que o Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias – DNOP, será consultado para confirmar se essas preocupações foram incorporadas ao projeto definitivo e reforçada a necessidade de atuação conjunta entre os órgãos envolvidos para enfrentar os problemas identificados no setor portuário.

Item	Descrição
18	O Procurador, Sr. Alexandre Marin Ragagnin, ressaltou que o caráter transitório da operação portuária não justifica a ausência de investimentos em segurança e manutenção dos equipamentos. Destacou-se que a empresa responsável pela exploração da atividade econômica tem o dever de realizar os investimentos necessários para garantir a proteção dos trabalhadores e a adequada condição operacional dos equipamentos. Também foi informado que já existe uma ação civil pública relacionada às condições de máquinas e equipamentos no porto e que, diante do novo acidente envolvendo equipamento considerado precário, serão adotadas medidas para execução da decisão judicial, incluindo pedido de aplicação de multas e reforço no cumprimento das obrigações impostas anteriormente. Além disso, foi relatado que as informações sobre o acidente já foram encaminhadas ao responsável pela ação civil pública em Santa Catarina, que provavelmente já acionou os auditores fiscais locais para verificação da situação. Por fim, foi destacado que o Ministério Público do Trabalho possui peritos no estado e que, caso o Ministério do Trabalho não consiga realizar inspeção presencial, o próprio Ministério Público deverá adotar providências para fiscalização e apuração das condições de segurança no local.
19	O Sr. Ange Biniou informou que os trabalhadores irão se reunir para definir, em consenso, quais cláusulas poderão compor um acordo comum, considerando as particularidades de cada estado. A proposta é identificar apenas os pontos convergentes para viabilizar um entendimento equilibrado. Também destacou que será elaborado inicialmente um debate interno e uma proposta preliminar, que depois será analisada pelas autoridades portuárias e demais envolvidos antes de uma discussão ampliada. Por fim, ressaltou a necessidade de reorganizar os grupos de trabalho e comunicação devido à alta rotatividade de integrantes na Secretaria, buscando atualizar e fortalecer a participação das equipes nas discussões do setor portuário.
20	A Senhora Cristina Dutra, destacou que o grupo de trabalho de Equidade de Gênero está sendo bem conduzido e acompanhado pelos participantes da FENOP. Há tentativa de agendar uma reunião ainda neste mês, apesar de dificuldades devido à licença de Marina e à viagem de Fernanda Coutinho. Também será alinhada a participação da Maíra pelo Ministério de Portos. Inicialmente, as reuniões seriam bimestrais, mas decidiu-se que ocorrerão mensalmente até a conclusão de um produto final. No momento, o grupo está elaborando um plano de trabalho e, na próxima reunião, deverão ser apresentadas mais informações.
21	O Coordenador Geral, Edigar Martins, encerrou a reunião expressando gratidão pela participação de todos e deixando espaço para eventuais dúvidas sobre os temas discutidos na 17ª Reunião.

5. AÇÕES

Item	Descrição	Responsável	Data Limite
2	Assinatura da Memória de Reunião	Edigar Martins	06/05/2026

6. AÇÃO

6.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

6.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.

Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro de Ávila**, **Secretário Nacional de Portos**, em 28/05/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11214889** e o código CRC **44011B3F**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Oeste - Bairro Zona Cívico Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: